REVISÃO DE LITERATURA SOBRE PROJETO DE VIDA PARA ADOLESCENTES EM CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Literature review about life project for adolescents in institutional shelters

COLOMBO, Jaqueline Maria
Centro Universitário Jaguariúna

SILVA, Camila Roberta da
Centro Universitário Jaguariúna

RENNÓ, Ana Silvia Sanseverino
Centro Universitário Jaguariúna

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo realizar revisão de literatura sobre projeto de vida (PV) para adolescentes em casas de acolhimento institucional. Dessa forma, buscou-se compreender os aspectos relacionados á subjetividade do grupo estudado, assim como, identificar os principais investimentos nos projetos de vida dos mesmos. Compreende-se, dessa forma, que o PV se faz importante para o desenvolvimento saudável do sujeito, podendo auxiliá-lo a ter atitudes mais positivas diante de eventos da vida. A partir deste estudo, foi possível observar que há um déficit de pesquisas e conteúdos teóricos abordando o tema, o que dificulta a compreensão sobre como esses adolescentes migram das casas de acolhimento e o que buscam para suas vidas.

Palavras-chave: Projeto de vida, acolhimento institucional e adolescentes.

Abstract: This research aimed to conduct a literature review about life's project (LP) for adolescents in institutional care homes. So, it's possible an understand the aspects related to the subjectivity of the group in study, as well as identify the main investments in their life projects. Understand, in this way, that LP becomes important for the healthy development, allowing you to have more positive attitudes towards life events. With this study, it was possible to observe that there is a deficit of research and theoretical contents that address the theme, or that makes it difficult to understand how these adolescents migrate from foster homes and seeking for their lives.

Key-words: Life project, institutional shelters and teenagers.

INTRODUÇÃO

Li (2011), define a adolescência como uma fase de transição entre a fase infantil e a fase adulta, sendo um processo biopsicossocial, no qual ocorrem mudanças no âmbito biológico (físico, mudanças no corpo), psicológico (mental, personalidade, mudanças de comportamento) e social (mudanças em seu meio social e familiar). A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069, de 1990, pode-se compreender que a adolescência ocorre entre os 12 e

18 anos de idade, no entanto, pesquisas recentes afirmam que a adolescência pode ser prolongada até os 25 anos de idade (STETKA, 2017).

O ECA é um conjunto de leis que asseguram os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes. De acordo com o Artigo Nº 4 do ECA:

> *É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.* (ECA, 1990).

Sendo assim, é dever de todos garantir a seguridade da criança e do adolescente, proporcionando uma vida íntegra, livre de negligência, violência, exploração, discriminação, crueldade e opressão, garantindo dessa forma que seus direitos fundamentais sejam preservados.

> *Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

A fase da adolescência dá início ao Período das Operações Formais, teorizada por Jean W. Piaget. Nas relações sociais do adolescente, ocorre inicialmente a fase da interiorização, aparentemente antissocial, ou seja, o individuo se isola e tende a pensar mais sobre conceitos que não pensava na infância, como justiça e liberdade. O indivíduo tende a elaborar melhor questões que envolvam a sociedade, pois o pensamento formal o permite maiores reflexões e pensamentos sobre o futuro (BOCK, 2009).

Faz-se importante ressaltar que adolescência é diferente de puberdade. Como já descrito, a adolescência é um fenômeno biopsicossocial, que envolve diversos aspectos e mudanças no contexto social e psicológico do indivíduo. Já a puberdade é derivada da palavra “puber” que quer dizer pelos e é um processo com início entre os 9 e 14 anos, caracterizado por mudanças físicas, sendo o “amadurecimento” do corpo (OUTEIRAL, 2003).

De acordo com Papalia e Olds (2000) a puberdade é o processo que leva a maturidade sexual, ou fertilidade, sendo assim, a capacidade de reprodução. Para Outeiral (2003), na adolescência ocorrem diversas perdas do corpo infantil, e consequentemente, há transformação do corpo e da personalidade do indivíduo. Com essas transformações há uma tendência maior ao grupo, no qual o sujeito irá procurar grupos parecidos consigo, para reforçar seus aspectos pessoais. Um exemplo é um adolescente que gosta de ouvir rock, se sentirá melhor em um grupo cujo os integrantes apreciam o mesmo estilo de música. Apesar das relações serem mais antissociais, o grupo é necessário para reafirmação das preferências e do sentimento de pertencimento (ERIKSON, 1972).

O acolhimento institucional como medida protetiva

De acordo com Santos (2013) nem sempre a família é a opção ideal para a convivência ou mesmo a sobrevivência das crianças e adolescentes. Algumas famílias não podem ou não querem cuidar dos seus filhos, o que resulta em encaminhamento para o Conselho Tutelar e posteriormente, após os trâmites necessários, pode resultar na ida dessa criança para a casa de acolhimento. Algumas pessoas, passam a infância e adolescência inteiras reclusos nessas instituições, tendo pouco ou nenhum contato com a família de origem.

É possível pensar nos adolescentes inclusos em Casas de Acolhimento Institucional, comumente conhecida como “abrigo” pelo senso comum, que é, segundo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) um espaço de proteção provisório, destinado a crianças e adolescentes privados da convivência familiar, por diversos motivos de risco social e pessoal ou por terem algum direito humano violado (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990), mas que nem sempre o acolhimento institucional foi baseado nas regras do ECA, do qual preconiza a desinstitucionalização e orientação para as famílias. Antes desse Estatuto, os “abrigos” viviam superlotados e havia pouco investimento para se preservar a família da criança ou adolescente, podendo ter separação de irmãos ao serem adotados por famílias diferentes. Hoje, o ECA evidencia a importância de se trabalhar com a família do sujeito vulnerável, a fim de obter melhora no vínculo e potencializar o cuidado (ECA, 1990).

Desse modo, há possibilidade de afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar e este é geralmente visto como medida protetiva quando os direitos do sujeito em questão estejam ameaçados ou forem violados (art. 98, ECA). O acolhimento institucional é uma estratégica reconhecida e regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir o direito de desenvolvimento da criança e do adolescente, livre de violações.

Segundo o item 2.5 do documento “Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”, do órgão Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o adolescente acolhido tem direito a viver num ambiente favorecedor de seu processo de desenvolvimento, que lhe ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado. Apesar da teoria ser bem-sucedida, pouco se pensa e trabalha na preparação para a vida desse adolescente fora da casa de acolhimento após completarem 18 anos, tanto para o aspecto social quanto para o âmbito profissional, até mesmo, por não poder prever ou impor a necessidade de o sujeito sair da casa de acolhimento já pensar em uma profissão (CONANDA, 2008).

Entretanto, segundo o ECA, diferente do que o senso comum argumenta, o Tribunal de Justiça visa priorizar o convívio familiar, orientando a retirada da criança ou adolescente em última instância. Diversas tentativas são feitas para que a família se adapte, e como muitos não sabem, pobreza não é motivo para desintegrar a criança da família, pois o Estado procura oferecer a esse grupo, maneiras de proteger seus filhos.

A partir das contribuições de Rizzini (2007), é possível compreender que a promoção de ações efetivas de inserção social se constitui em um objetivo permanente para que a casa de acolhimento institucional consiga ser uma medida protetiva de caráter excepcional e transitório. Transitório, pois o acolhido irá deixá-lo ao completar 18 anos, e por ser indicado que este permaneça pelo menor tempo possível. Sendo assim, o que tem sido feito para prepará-lo para a vida fora da casa de acolhimento é essencial, pois mesmo que o adolescente continue frequentando a escola regular, pode não ser suficiente para a construção de seu futuro idealizado.

Projeto de vida

A adolescência é tradicionalmente conhecida pela Psicologia como uma fase marcada por crises e conflitos, no entanto, novos estudos apontam que ela é uma etapa da vida com grande potencial para o desenvolvimento positivo, pois é caracterizada pela instalação de novos hábitos de conduta e modelos de socialização, bem como pela oportunidade de aquisição de novas habilidades e recursos para lidar com as transições que lhe são próprias (GONZÁLEZ *et.al*, 2009). Portanto, os adolescentes engajados em criar o seu projeto de vida, podem desenvolver o seu potencial positivo, fazendo com que suas ações sejam voltadas para aquilo que eles almejam no futuro**.**

A forma como o adolescente pensa em grupo e seu contexto social influenciam na escolha de um projeto de vida (MACHADO, 2015). Neste contexto, ter projetos de vida pode trazer benefícios para os jovens, assim como pode os proteger de comportamentos autodestrutivos, como uso de drogas. Também é possível afirmar que após estabelecer um projeto de vida, o sujeito se motiva a ter uma atitude mais positiva diante da vida, com metas e projetos futuros (DAMON, 2009). Não há determinações sobre projetos de vida, não tendo um aspecto da vida que vale mais ou menos a pena investir, sendo que cada sujeito foca em algo que lhe é importante. Dessa forma, o objetivo deste artigo é identificar quais aspectos são mencionados para projeto de vida dos jovens em Casa de Acolhimento Institucional, em uma cidade do interior de São Paulo.

Diante do exposto, é necessário levantar o questionamento: quanto mais tempo se passa em uma Casa de Acolhimento Institucional, menos se investe em projeto de vida?

Neste sentido, a partir do conteúdo apresentado neste presente artigo, as autoras postulam que, a inserção de um projeto de vida (PV) para esse grupo pode auxiliá-los o a pensar com mais clareza em diversos âmbitos de suas vidas, a fim de obter projetos duradouros e realiza-los. Também se faz importante destacar que apesar da importância do estabelecimento de um PV, é difícil fazê-lo, principalmente com o grupo de adolescentes em instituições de acolhimento institucional, por estarem em segredo de justiça.

Este estudo se faz importante para a comunidade acadêmica, para profissionais que possuam interesse pelo assunto, por abordar questões de possíveis futuros profissionais, pais e pesquisadores que contribuirão para a sociedade. É importante traçar um projeto de vida com os adolescentes da casa de acolhimento para que possam buscar formas diferentes das que já conhecem, de contribuir consigo e com o ambiente em que vivem.

Portanto, pretendeu-se identificar a forma como as pesquisas realizadas e teorias publicadas estão retratando o projeto de vida para adolescentes em casa de acolhimento, assim como, compreender o quanto o projeto se vida se faz importante para este grupo, além de observar os investimentos mais comuns na promoção de PV nos diferentes aspectos da vida dos adolescentes.

Metodologia

Realizou-se pesquisas bibliográficas no mês de maio de 2018, sobre artigos publicados que retratassem adolescentes em casa de acolhimento institucional e projetos de vida para adolescentes para fundamentar a presente pesquisa. Utilizou-se os descritores “adolescência”, “casa de acolhimento institucional”, “adoção”, “projeto de vida”, “subjetividade”, “acolhimento institucional”, “projeto de vida e adolescentes”, “projeto de vida e adolescência”, “projeto de vida e casa de acolhimento institucional”, “projeto de vida e abrigo” e “projeto de vida e orfanato” nas bases de dados Scielo Brasil (http://www.scielo.br/); Pepsic – Periódicos Eletrônicos em Psicologia – (pepsic.bvsalud.org) e LILACS (lilacs.bvsalud.org)

Em critério de avaliação dos estudos encontrados, ao iniciar a pesquisa nas bases de dados, foi possível obter o resultado 9173 trabalhos. A partir disso, foram utilizados descritores como critério de eliminação, sendo esses “Brasil”, “português” e recorte temporal de 4 anos, resultando em 24 artigos para embasamento da presente pesquisa.

Resultados

Gráfico 01- seleção de artigos por descritores no buscador Scielo nacional

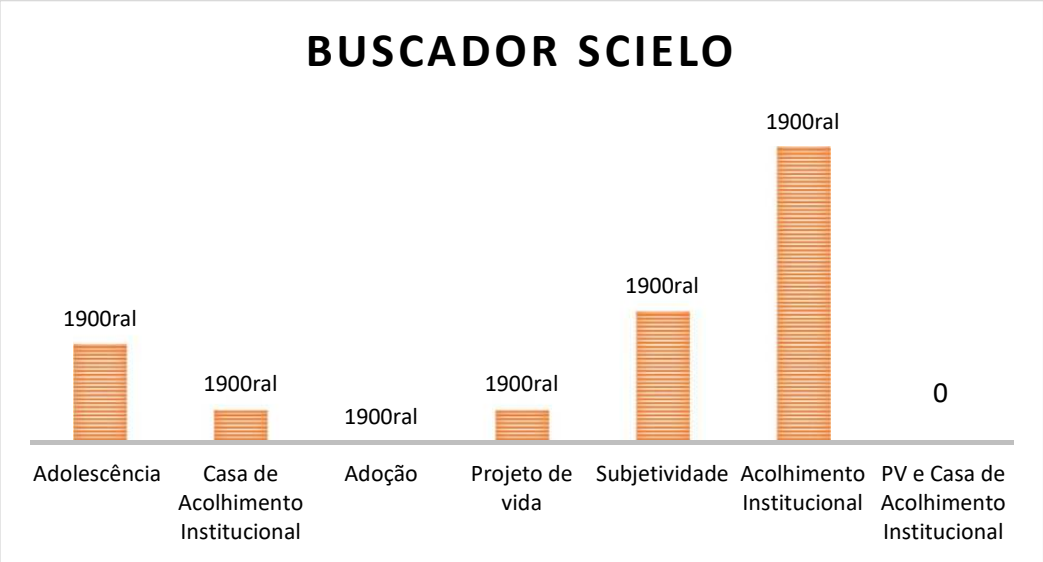


Gráfico 02- seleção de artigo por descritos no buscador Pepsic nacional

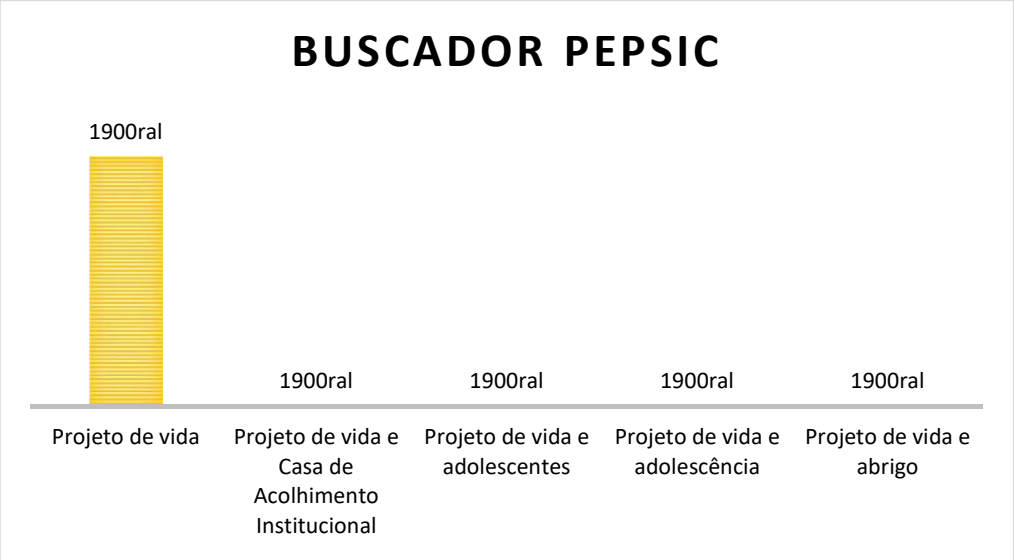
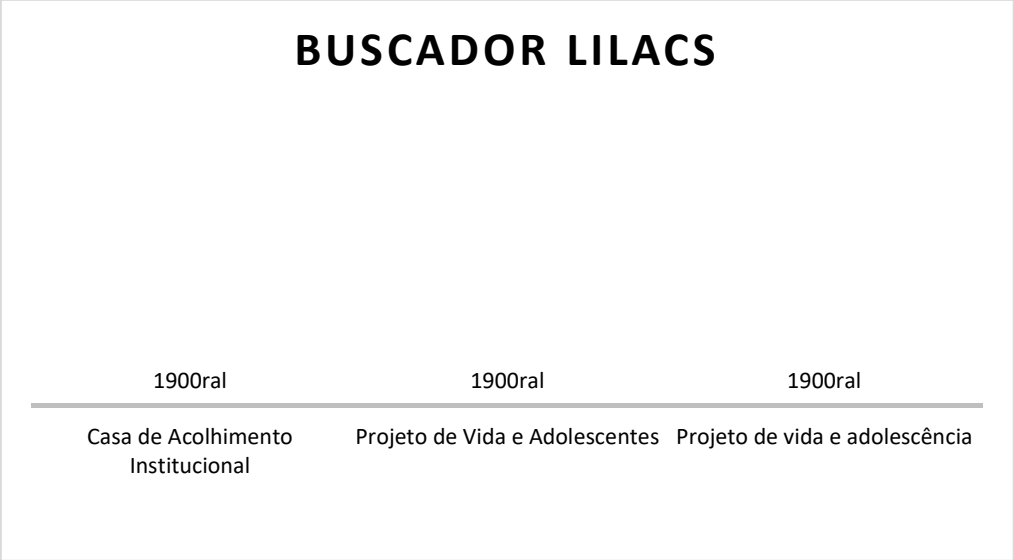


Gráfico 03- seleção de artigo por descritos no buscador Lilacs nacional



Se faz importante esclarecer que as palavras “abrigo” e “orfanato” estão em desuso, sendo correto referenciar por Casa de Acolhimento Institucional (PLANO NACIONAL, 2006). Entretanto, foi necessário a inserção de tais nomenclaturas para ampliar a gama de resultados, devido a escassez dos mesmos e segundo a relevante quantidade de estudos publicados em datas anteriores a nova terminologia.

Discussão dos dados levantados: Projetos de vida e suas variantes

Com a criação da Constituição Federal em 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal n.8.069 de 1990), foi-se reafirmado a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, sendo sujeitos de direitos (GUEDES E SCARCELLI, 2014), dessa forma segundo Leônico (2009), a palavra “sujeito” de “sujeito de direitos”, traz o conceito de que a criança e o adolescente são autônomos, íntegros e favorecidos de vontade própria, sendo contrário ao ponto de vista de indivíduos passivos, subalternos e objetos de ações e decisões, e o termo “direito”, ressalta a existência de ações que devem ser realizadas por direitos sociais, para além da caridade ou piedade com os mesmos.

O Artigo 4º do ECA, garante a proteção integral da criança e do adolescente por meio da família, da sociedade e do poder público, sendo assim, em casos em que ocorra a ruptura de vínculos familiares, o Estado é responsável pela proteção da criança e dos adolescentes, sendo excepcional e provisório o acolhimento institucional (LEMOS, GECHELE e ANDRADE, 2013). Contudo, se faz necessário reavaliar a cada seis meses o acolhimento institucional das crianças e adolescentes, de modo que não se prolongue por mais de dois anos, visto que pela Lei 12.010 de 2009 em seu artigo 1º, deve-se garantir a convivência familiar de crianças e adolescentes - salvo os que forem comprovadas necessidades superiores de acordo com a autoridade judiciária. Diante do que foi exposto, é destacado que o acolhimento institucional deve ser de caráter estritamente temporário, com o intuito de diminuir o tempo de permanência dos menores em casas de acolhimento, e garantir a convivência familiar dos mesmos (LEMOS, GECHELE e ANDRADE, 2013).

Embora o acolhimento institucional seja uma medida de proteção para crianças e adolescentes, a institucionalização dos mesmos pode ser vista como um risco para o desenvolvimento, visto que mesmo ela sendo de aspecto temporário, é caracterizada por eles como um rompimento dos vínculos afetivos ou de violência (FERNANDES e MONTEIRO, 2017).

Fernandes *et al* (2015), alegaram em seus estudos que os adolescentes que vivem em casas de acolhimento institucional, apresentam situações de estresse em vários aspectos da vida, como na escola, em questões de ordem financeira ou jurídico-institucional, ou na família. Ademais, as instituições podem possuir alta rotatividade de funcionários, falta de atividades planejadas ou falta de apoio afetivo, contribuindo assim, de forma negativa para o desenvolvimento dos jovens que se desenvolvem nestas instituições (FERNANDES e MONTEIRO, 2017). De acordo com os autores, muitos são os fatores que podem ser estressores para os adolescentes que vivem em casas de acolhimento institucional, o que indica que são aspectos que podem interferir na pesquisa sobre a elaboração do projeto de vida com este público, salientando também que há um déficit de estudos que abordem este tema.

Para Rosa *et al*. (2012), a maior parte dos adolescentes podem se comportar de forma arriscada, utilizando drogas lícitas e ilícitas, e agindo fora da

lei, no entanto isso pode ou não se estender e ser um problema duradouro. Sendo assim, para Soares (2000), é importante se pensar na adolescência analisando o seu contexto social, familiar, cultural, entre outros, de forma que ela seja concebida como uma perspectiva contextual e de continuidade do curso da vida, ou seja, deve-se levar em conta todo o processo de desenvolvimento dos mesmos, as experiências na infância e as expectativas que possuem para o futuro.

Em sua pesquisa, Dagnoni (2014) teve como objetivo analisar a publicação "Vulnerabilidades e oportunidades adolescentes: perspectivas desenvolvimentais e construtivistas" realizada no 38º Encontro Anual da Sociedade Piagetiana (JPS) em 2008. Com essa análise, a autora constatou que os adolescentes são vistos como agentes ativos em seu próprio conhecimento e desenvolvimento, assim como, possuem características específicas e oportunidades únicas nesta fase, mas também estão envoltos de vulnerabilidades. Estas vulnerabilidades podem ocorrer devido coordenações não desenvolvidas de maneira coerente, como coordenação de ações, através da organização de relações a partir dos domínios neurológico, cognitivo, experiencial e social.

Considerar as mudanças estruturais dos adolescentes pode influenciar na qualidade do desenvolvimento de uma implicação educativa e terapêutica. Por exemplo, na adolescência ocorrem mudanças na massa cinzenta, associadas ao aumento da efetividade, eficiência e do controle das funções cerebrais e isso de certa forma, altera a maneira do sujeito em lidar com determinados eventos, assim como, influencia diretamente na forma como constrói seu projeto de vida (DAGNONI, 2014).

Acerca deste conteúdo, em seu trabalho, Berni (2014) constatou que as representações sociais da adolescência foram reconstruídas, entretanto, algumas delas se mantêm cristalizadas. Pode-se observar que uma das representações cristalizadas em adolescentes é a rebeldia, porém a ideia que sai em defesa dessa afirmação é que ao trabalhar com adolescentes, se faz importante que as representações sociais sejam deixadas em inércia, para que o sujeito seja considerado autor de uma história, de uma família e de projetos de

vida, de forma mais complexa do que lhe é atribuído inicialmente a partir dessas representações sociais.

Para elucidar esse estudo, também é importante pensar na imagem social frente às crianças e adolescentes institucionalizados, ressaltando que a construção de um projeto de vida está relacionada ao âmbito social dos mesmos. De acordo com Portella (2012), especialmente os adolescentes institucionalizados são alvos de preconceito, e de acessos precários a direitos, provocando a sua invisibilidade perante a sociedade. E segundo Major e O´Brien (2005), os estereótipos negativos atribuídos a esses adolescentes podem afetar o ajustamento psicológico e o bem estar dos mesmos, associados à depressão, estresse, medo, baixa autoestima, entre outros. Arpini (2003) ressalta "que os adolescentes institucionalizados ainda são marcados por um forte estigma social e, via de regra, são julgados como se, necessariamente, carregassem problemas em suas "bagagens"."

Projeto de vida para adolescentes institucionalizados

Um projeto de vida pode ser caracterizado como a transformação do real, como uma escolha no aqui e agora para surtir efeito no futuro. Por isso, nos estudos de Marcelino, Catao & Lima (2009) os adolescentes focaram em projetos relacionados à família, educação e trabalho, sendo essa ideia vista como positiva e um meio de organização para o futuro. Ter projetos de vida também é visto como a possibilidade de estar incluso e ser atuante na sociedade, sendo assim, é de grande valia que adolescentes acolhidos institucionalmente possam desenvolver projetos de vida, focando nestes aspectos independente se sua história de vida está relacionada a traumas ou desafetos, necessitando, de forma excepcional, que essas questões sejam trabalhadas por profissionais qualificados e com acompanhamento psicológico.

À vista disso, os adolescentes são objetos de construção de projetos de vida em contextos escolares e estes contextos se diferenciam para cada sujeito. Desse modo, vale considerar que a qualidade – ou não - do ensino pode influenciar no rumo tomado pelo projeto de vida.

É importante se pensar também na questão da construção da identidade de jovens em casas de acolhimento institucional, para que dessa forma, possam

elaborar seus projetos de vida. Segundo Poker (2017), ao se ter uma identidade, “o sujeito passa representá-la na realidade social e na articulação entre o diferente e o igual, por meio de várias personagens, em um jogo interativo de ocultação e revelação”. Ciampa (2011, pág 162) salienta que “são múltiplas personagens que ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam”, ressaltando, dessa forma, as mudanças que ocorrem durante a vida.

Em constância com essa questão, é valido citar que o contexto em que o sujeito está inserido contribui para as escolhas que fará e para os projetos que irá traçar. Dessa forma, o processo de identificação e adoção de um projeto de vida não se dá por um efeito natural, mas sim através de planejamento, das relações e das convivências. Sendo assim, como a escola deve fazer parte da vida de todos e por ser recheada de conteúdos de instrução e de experiências, é coerente apontá-la como colaboradora para a formação de projetos de vida. Com isso, ampliar as possibilidades e as vivências do adolescente na escola podem contribuir para a identificação e construção de projetos de vida (KLEIN & ARANTES, 2016).

O projeto do sujeito não é algo individual na vida dos adolescentes, já que eles estão inseridos e são atuantes na sociedade, e é por esse motivo que a escola é grande influenciadora na construção de projetos de vida, por ser formadora de novos conceitos e vínculos afetivos. Entretanto, é na família que surge o sentido de pertencimento, transmitindo através de seus legados, ideais e potencialidades para desenvolver projetos de vida semelhantes ou distintos dos membros familiares (ALMEIDA & MAGALHÃES, 2011). Como adolescentes acolhidos institucionalmente tem pouco ou nenhum contato com a família de origem e como em diversas vezes, o vínculo familiar está esgarçado, pode caber aos cuidadores e demais profissionais do convívio dos sujeitos conceder auxílio na construção de seus projetos de vida.

Borges e Coutinho (2010) discutiram sobre a necessidade de se pensar no futuro profissional dos jovens, já que políticas púbicas trabalham com a inserção do jovem no mercado por um período limitado, o deixando desempregado após o termino do contrato. O trabalho na vida dos adolescentes participantes da pesquisa desses autores é uma oportunidade de ressignificação, pois demonstram o objetivo de obterem conquistas a partir do

trabalho. Desse modo, trabalho para adolescentes em casa de acolhimento é permitido, desde que esteja dentro do horário estabelecimento pela instituição.

Se faz importante citar que o trabalho possui grande relevância na construção subjetiva dos jovens, e os projetos de vida são agentes de mutabilidade, ou seja, podem ser alterados conforme a necessidade do momento em que se vive. De certa forma, há flutuações entre esperança e medo do que é novo, já que o mercado emprega diversos jovens, entretanto, é muito competitivo (MAIA & MANCEBO, 2010).

O estudo de Sales (2014) informou que entre os adolescentes entrevistados, aqueles que trabalhavam apresentaram uma postura mais madura e responsável em relação a aqueles que não estavam trabalhando, constatando que o fato de trabalhar pode fornecer uma formação mais integral, associando o estudo e o aprendizado com o trabalho. De fato, os adolescentes de classe média que se dedicam somente ao estudo, irão adquirir a maturidade do aprendizado com o trabalho posteriormente, mas os adolescentes desta mesma classe que trabalham, visam atingir as expectativas dos pais.

Sendo assim, é interessante pensar em crianças e adolescentes que estão longe do convívio familiar, as relações que são estabelecidas nesse contexto e que são fundamentais para o desenvolvimento psíquico e social destes (LEMOS; GECHELE e ANDRADE, 2013). Dessa forma, é necessário que a instituição de acolhimento ofereça às crianças e aos adolescentes suportes material e afetivo, de forma que os cuidadores proporcionem nesse ambiente um local fortalecedor e de construção de vínculos saudáveis (SILVA e NETO, 2012).

Segundo os estudos de Pereira & Stengel (2015) no cenário contemporâneo o sujeito precisa criar e colocar em prática planos cada vez mais rápido, para conseguir acompanhar as ágeis mudanças. Diante disso, os projetos de vida (PV) se transformam de acordo com o contexto, mas é sempre relevante que se considere as singularidades e a diversidade cultural para a elaboração de um PV, a fim de planejarem no presente as ações que devem ser realizadas e assim, alcançar o objetivo no futuro.

Os profissionais facilitadores do desenvolvimento de um projeto de vida

Entre todas essas questões já citadas em relação ao grupo em questão na presente pesquisa, é significativo dar voz aos profissionais que são responsáveis por seu cuidado. Dessa forma, Medeiros & Martins (2018) observaram em seus estudos a contradição por parte dos cuidadores ao ressaltarem a importância do cuidado maternal, mas depois alegarem a necessidade do profissionalismo nessa função. Os autores ressaltaram que há necessidade de os cuidadores se vincularem afetivamente à criança e ao adolescente e colaborarem para a construção de um ambiente familiar, mas nunca tentarem se apossar da criança e denigrir sua família de origem, quebrando, assim, o sigilo. Inclusive, advertiram que é preciso reflexão acerca do trabalho de cuidadores em casa de acolhimento já que esses assumem uma referência afetiva em relação às crianças, assim como, as acompanham constantemente.

À falta de colaboração com as informações supracitadas, Pinto & Pinto (2016) realizaram uma formação com técnicos da Santa Casa da Misericórdia, em Lisboa, Portugal e concluíram que para estes técnicos o projeto de vida pode ser construído ao longo da vida e que o contexto em que o sujeito está inserido pode facilitar ou dificultar o processo de construção. Os profissionais possuíam a expectativa de que esse curso contribuísse para aquisição de conhecimentos sobre o assunto, e que novas ferramentas fossem discutidas e implantadas a fim de auxiliar terceiros com seus projetos de vida (PV). Pode-se concluir com essas expectativas, que os profissionais poderiam sentir falta de ferramentas facilitadoras para auxiliar na construção de PV.

A subjetividade como diferencial no desenvolvimento de projetos de vida

Scarcelli (2011) afirma que pensar nas relações entre subjetividade e políticas públicas tem sido alvo de pesquisas, visto que se deve compreender os efeitos das políticas públicas na vida das pessoas, bem como se estabelecem as lacunas entre os âmbitos políticos-jurídicos e técnico-assistenciais. Sendo assim, deve-se abordar essas questões analisando a subjetividade, de acordo com o social, os processos históricos, políticos, econômicos e culturais de cada indivíduo (GUEDES e SCARCELLI, 2014).

Para Neubern (2014) a subjetividade leva o sujeito a criar diferentes signos para diferentes coisas e eventos, ou seja, uma mesma situação pode ser vista de diferentes formas por diferentes pessoas. Em paralelo com nosso estudo, é importante ressaltar que quando um adolescente viveu um evento traumático, ele pode elaborá-lo de uma forma diferente de outro adolescente, sendo possível relacionar ao abandono ou a situação de acolhimento institucional. A valer, é sempre importante olhar para o grupo em questão como um grupo que contém pessoas individualistas, que possuem histórias diferentes, desejos diferentes e projetos de vida diferentes.

À luz do que foi exposto pelas autoras citadas acima, deve-se ressaltar a importância de compreender a subjetividade de cada adolescente para se elaborar um projeto de vida, posto que muitos são os fatores que interferem ou que podem interferir nessa questão. Concomitantemente, é considerável pensar o quanto é importante a construção do projeto de vida para adolescentes em casa de acolhimento, visto que o desligamento dessas instituições apresenta uma grande mudança na vida destes adolescentes e o engajamento em um projeto de vida pode ser uma direção para o que buscam no futuro e com isso podem se engajar em ações que possibilitem as realizações de suas metas.

Considerações finais

Observamos, a partir da leitura e análise dos trabalhos já produzidos a respeito da temática, que pouco se aborda sobre, tendo grande déficit de pesquisas investidas no assunto. Alcançamos nosso objetivo ao analisar que as pesquisas tratam o projeto de vida para adolescentes em instituições de acolhimento institucional como algo importante que deve ser realizado, e concluindo que os aspectos mais investidos para desenvolvimento de projetos de vida são estudos, família e trabalho. Entretanto, nosso problema de pesquisa (Quanto mais tempo se passa em Casas de Acolhimento Institucional, menos se investe em projetos de vida?) não foi respondido devido aos poucos estudos relacionados.

Entendemos que se faz importante o investimento em projetos de vida para o grupo em questão na presente pesquisa, a fim de auxiliá-los a ter projeções sobre o que pode ser planejado no presente dentro das circunstâncias

em que estão inseridos, para que no futuro possam seguir o planejamento e colocar os projetos de vida em prática.

Entretanto, devido as variáveis que desenham a história de vida de adolescentes em casa de acolhimento institucional, sabe-se que há pouco investimento em projetos de vida, assim como, pode ocorrer grande rotatividade de profissionais -cuidadores, assistentes sociais, psicólogos e psicopedagogos- dificultando a possibilidade de investimento no foco de projetos para a vida.

Diante do exposto, em guisa de conclusão, a escola pode ser uma grande aliada desse grupo para que possam desenvolver projetos de acordo com o ambiente em que vivem e de acordo com as possibilidades que possuem. Para isso, é imprescindível que bons profissionais coloquem disposição e cautela para acessar esse grupo, procurando considerar cada integrante como seres atuantes de suas próprias histórias, com culturas e gostos diferentes, sem generalizar para um julgamento ou ideias cristalizadas, pois antes de serem adolescentes em uma instituição de acolhimento, são adolescentes comuns, que passam pelas mudanças proporcionadas pela puberdade e vivem a fase da adolescência como qualquer outro sujeito da mesma faixa etária.

Como, de fato, poucas informações colaboraram para esclarecimentos na temática abordada, será enriquecedor poder observar resultados de um projeto de vida aplicado com adolescentes em casa de acolhimento institucional, sendo possível identificar quais aspectos seriam investidos por ele. Ademais, pesquisas que compreendam a subjetividade do adolescente em instituições de acolhimento em conjunto com os seus planejamentos para o futuro também seriam enriquecedoras para a comunidade de psicologia e para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M.E.G.G. MAGALHAES, A.S. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 205-214, dez. 2011.

ARPINI, D.M. Repensando **a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes**. *Psicologia: Ciência e Profissão, 23*(1), 70-75, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100010>. Acesso em 23 de julho de 2018

BERNI, Vanessa Limana; ROSO, Adriane. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 126-136, abril, 2014.

BORGES, R.C. P.; COUTINHO, M.C. Trajetórias juvenis: significando projetos de vida a partir do primeiro emprego. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 189-200, dez. 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988, Senado Federal, DF.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmera dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. – ECA. Brasília, DF.

BRASIL, Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção.** Presidência da República. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em 26 de julho 2018.

BOCK, A.M. **Psicologias**: Uma introdução ao estudo de Psicologia. 14 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação, 2009.

CIAMPA, A.C. (2011). **A estória do Severino e a História da Severina** (12ª ed.). São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1987)

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.** Brasília: 2008. 1v.

DAGNONI, J.M. Considerações construtivistas sobre oportunidades e vulnerabilidades na adolescência. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 95, n. 241, p. 711-716, Dec. 2014.

DAMON, W. **O que o jovem quer da vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. (J. Valpassos, Trans.) São Paulo: Summus, 2009.

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FERNANDES, A.O. ; *et al*. **Estresse em adolescentes abrigados.** Adolescência & Saúde*, 12*(4), 65-75, 2015. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=536>. Acesso em 26 de julho de 2018.

FERNANDES, A.O.; MONTEIRO, N.R.O.; **Comportamentos Pró-Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional.** *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2017, vol.33, e3331. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722017000100301&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 14 de julho de 2018.

GONZÁLEZ, J. J. Z, *et.al*. **El desarrollo de la identidad en la adolescencia y adultez emergente: Una comparación de la identidad global frente a la identidad en dominios específicos**. *Anales de Psicología, 25*(2), 316-329, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/167/16712958014.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2018.

GUEDES, C.F; SCARCELLI, I.R.. **Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão.** *Psicol. Soc.* [online]. 2014, vol.26, n.spe, pp.58-67. ISSN 1807-0310. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000500007>. Acesso 10 de Julho de 2018.

KLEIN, A.M.; ARANTES, V.A.. Projetos de Vida de Jovens Estudantes do Ensino Médio e a Escola. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-154, Mar. 2016.

LEMOS, S.C.A.; GECHELLE, H.H.L. e ANDRADE, J. V.. **Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2013, vol.33, pág. 1-10. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722017000100303&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 10 de julho 2018.

LEÔNCIO, W. A. H. **Consultas terapêuticas de crianças abrigadas e seus pais: uma investigação dos vínculos familiares.** Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LI, Y. **School Engajament.** Child Development and Behavior: Positive youth development: 131-161, 2011.

MACHADO, D. F. **Trajetórias de jovens em conflitos com a lei:** passado e presente. 2015.

MAIA, A.A.R.M.; MANCEBO, Deise. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 30, n. 2, p. 376-389, 2010.

MAJOR, B.; O'BRIEN, L. T. **The social psychology of stigma**. Annual Review of Psychology, 56, 2005.

MARCELINO, M.Q.S.; CATAO, M.F.F.M LIMA, C.M.P. Representações sociais do projeto de vida entre adolescentes no ensino médio. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 544-557, 2009.

MEDEIROS, B.C.D.D.; MARTINS, J.B.. O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 38, n. 1, p. 74-87, Mar. 2018.

NEUBERN, M.S. Subjetividade & complexidade na clínica psicológica: superando dicotomias. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 835-851, dez. 2014.

OUTEIRAL, J. **Adolescer**. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2003.

PAPALIA, E. D; OLDS, W. S. **Desenvolvimento Humano.** 7 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

PEREIRA, H. C.; STENGEL, M.. Projetos de vida na Pós-Modernidade: possibilidades e limites aos jovens. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 582-598, set. 2015.

PINTO, J.C.; PINTO, H.R. Projetos de vida em situações de vulnerabilidade social: uma formação para técnicos. **Rev. bras. orientac. prof**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 163-174, dez. 2016.

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, 2006.

POKER, T.C.D. **Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada.** Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 29, e171345, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100408&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 de julho de 2018.

PORTELLA, E. M. B. **Proteção social: a experiência dos adolescentes em acolhimento institucional** (dissertação de mestrado). Faculdade de Serviço Social, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

RIZZINI, I. (coord.); BAPTISTA, R.; NAIFF, L.; RIZZINI, I. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

ROSA, E.M.; et al. **O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional.** *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2012, vol.17, n.3, pp.361-368. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2012000300003&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em 18 de julho de 2018.

SALES, M.S. O processo de constituição da identidade na adolescência: trabalho, classe e gênero. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 161-171, 2014.

SANTOS, AMA. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudanças na história brasileira. **Cress-MG,** 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/ACOLHIMENTO%20INSTITUCIONAL%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20E%20ADOLESCENTES%20MUDAN%C3%87AS%20NA%20HIST%C3%93RIA%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em 27/11/2018.

SCARCELLI, I.R. **Entre o hospício e a cidade: dilemas no campo da saúde mental.** São Paulo: Zagodoni, 2011.

SILVA, M. R. C., e NETO, Z. G. S. **Perspectiva psicanalítica do vínculo afetivo: O cuidador na relação com a criança em situação de acolhimento**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia). Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho, Porto Velho, RO, Brasil, 2012.

SOARES, C. **De juventudes, transiciones y el fin de las certidumbres**. *Papeles de Población*, 6(26), 9-23, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252000000400002>. Acesso em 18 de julho de 2018.

STETKA, B. Adolescência prolongada: quando 25 é o novo 18. **Scientific American,** 2017. Disponível em:< https://www.scientificamerican.com/article/extended-adolescence-when-25-is-the-new-181/>. Acesso em 16 de abril de 2

SOBRE AS AUTORAS:

Jaqueline Maria Colombo - Curso de Graduação em Psicologia no Centro Universitário de Jaguariúna - jmcolombo@outlook.com.br

Camila Roberta da Silva - Curso de Graduação em Psicologia no Centro Universitário de Jaguariúna - camila.rsilva92@gmail.com

Profª Mª Ana Sílvia Sanseverino Rennó

Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1998), Mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2018) e docente dos cursos de Psicologia, Educação Física e Medicina Veterinária do Centro Universitário de Jaguariúna.

ana.sanseverino@hotmail.com